

A CULTURA NAS PRÁTICAS DE EXTENSÃO RURAL DESENVOLVIDAS PELA EMATER-RS/ASCAR NO RS.

BREITENBACH, Márcia Terezinha Barboza – UNIJUI

GT: Educação Popular/ n.06

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Este texto pretende suprir os requisitos exigidos pelo Comitê Científico da 28ª Reunião Anual da ANPED para seleção e apresentação de trabalho em forma de pôsteres durante o evento que acontecerá de 16 a 19 de outubro de 2005 em MG.

O trabalho tem o intuito de socializar com o público da ANPED o projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido no âmbito da educação informal, o qual aborda as questões da cultura local nas práticas pedagógicas de extensão rural desenvolvidas pela EMATER¹-RS/ASCAR² em um município da região fronteira/noroeste no estado do Rio Grande do Sul.

Quando comecei a trabalhar no sistema Emater, perguntas frente a atual situação começaram a se juntar à minha prática pedagógica: Quais foram os métodos utilizados no início das práticas de extensão rural no país? Como este processo passou a fazer parte do sistema da educação agrícola? Estará sendo levada em conta a questão da cultura para os traçados das práticas pedagógicas da extensão rural? Como essa questão é observada e analisada pelos extencionistas que hoje atuam no sistema no RS? Ou ainda: A extensão rural mantém os traços da educação tradicional, caracterizada por Paulo Freire como Educação Bancária, na qual os educadores levam a educação para a população rural, sem o reconhecimento do que o ser humano já desenvolveu e acumulou enquanto conhecimento? E também: como o currículo, num processo educativo pode atuar de forma colonizadora sobre a cultura e a organização social de um sistema social e cultural de um grupo? Como este deverá ser elaborado para romper com esta lógica bancária? Quais são os paradigmas educacionais que podem favorecer esse rompimento?

Seguindo a lógica dessas hipóteses, assim como, considerando o processo pedagógico no qual se encontra inserida a proposta da educação em extensão rural no RS, é possível visualizar uma certa contradição no sistema. Tal proposta se diz embasada em um paradigma construtivista³ de educação, enquanto na prática se orienta

¹ EMATER-RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

² ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural.

³ Segundo Freire (2001), este paradigma responde à essência do ser da consciência, que é sua intencionalidade, nega os comunicados e existencia a comunicação. O educador já não é o que apenas

por princípios e faz uso de certas ferramentas condizentes com o paradigma da educação tradicional⁴.

Tanto as leituras realizadas, como minha prática extensionista, têm levado me a supor que os currículos trabalhados pelo processo de extensão rural estão historicamente alicerçados nas teorias tradicionais da educação. O conhecimento selecionado para ser “repassado” é justamente aquele considerado o “ideal”, para inserir o educando no mundo atual capitalista, moderno e globalizado. Com isso há uma tendência à generalização e a idealização da dinâmica social e produtiva. Sendo que a realidade particular de cada região, município ou localidade nem sempre é considerada dentro de suas particularidades, as subculturas existentes nas diversas instâncias de atuação dessas práticas educativas não são contempladas.

Destaca-se, portanto, aquela cultura considerada “desejável” por um determinado sistema educacional, que pretende a transformação dos sujeitos e do social, seguindo as perspectivas do paradigma moderno de educação: progresso, desenvolvimento, modernização, crescimento e inserção.

O currículo é algo dado por um determinado grupo, que elabora de forma vertical as linhas metodológicas e metas a serem seguidas, ou seja, de cima para baixo. Silva (2003), já afirmou “que o currículo é uma questão de identidade, e de poder. Ele reflete além do conhecimento, a maneira de ser e de agir de quem o define, e por que definem como sendo o ideal”.

Contudo, minhas leituras e experiência levam-me a crer que a prática histórica dessa extensão rural apresenta momentos de ruptura. Em razão do exposto, o presente trabalho foi elaborado, procurando entender por meio de uma pesquisa, quais são as raízes filosóficas, teóricas e metodológicas que levam a prática extensionista na maior parte de sua história a não reconhecer que reúne educandos culturalmente diversos e ainda a não ter uma preocupação maior com as culturas destes educandos.

Segundo Laraia (1995), “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas”. Por isso, muitas vezes desvalorizamos os sujeitos que agem

educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa.

⁴ Segundo Freire (2001), este paradigma é baseado no ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação. Cabe a este adaptar os homens ao mundo, quanto mais adaptados, mais educados.

fora dos padrões propostos pelo paradigma dominante. O modo de ver o mundo, os valores, os diferentes comportamentos sociais e até mesmo as posturas ideológicas são produtos de uma herança cultural, ou seja, é o resultado de uma operação de determinada cultura., por isso, indivíduos de culturas diferentes podem ser facilmente identificados por um série de características.

Sabendo que a extensão rural é um processo educacional não formal, pois a mesma acontece no interior de grupos e movimentos sociais vinculados a sociedade rural, é importante lembrar autores como Morin (2001), o qual afirma que o processo da educação se desenvolve em três grandes eixos: “educação formal, aquela que acontece nas salas de aula; educação não formal, a que corresponde ao processo desenvolvido pelos movimentos sociais; e educação informal, processo que se desenvolve basicamente no interior das famílias”. Sendo assim, esta será mais uma das muitas análises embasadas na lógica deste processo, assim como da prática extencionista desenvolvidas pelas empresas de extensão rural.

Essa pesquisa visa mostrar o processo como ele é visto e realizado atualmente, o que será possível verificar por meio do acompanhamento de uma prática e da relação com técnicos do sistema. Ela estará propondo ainda a compreensão daquilo que é possível ser modificado e/ou incrementado, a partir da análise crítica sobre o proposto e sobre o realizado pelo processo de educação na extensão rural.

O presente trabalho se propõem, então, a reconhecer os fundamentos e as metodologias utilizadas na prática de extensão rural brasileira, mais especificamente do estado do Rio Grande do Sul, para melhor compreender suas orientações e atuação, enquanto sistema. Propõe-se ainda, acompanhar e colocar sob crítica uma “prática local”, vinculada ao mesmo sistema, no intuito de ver como trabalha com os desafios que toma a si, por ser parte deste, mas também, de inovar no interior do mesmo.

A extensão rural deveria, como preconiza, ser um trabalho que, na sua essência, objetivasse formar junto com os coletivos que reúne, conhecimentos e práticas técnico/sociais visando à melhoria da qualidade de vida e o bem estar da população rural. No entanto, na prática, o que acontece não é bem isso, na maior parte da história da extensão os técnicos apoderam-se do conhecimento técnico/científico e acabam anulando todo e qualquer conhecimento que o agricultor e a agricultora acumularam no decorrer de sua trajetória histórica de trabalho.

Equivocadamente o técnico/extencionista interfere na cultura e nos conhecimentos locais mediante práticas pedagógicas tradicionais (educação bancária),

nas quais o educador é considerado sujeito e o educando objeto, ou seja, o educador detém o conhecimento e ensina (transmite), e o educando, por ser visto como aquele que nada sabe, deve aprender tudo, sem nada contribuir para o processo. Ocorre com isso, o que Freire (2001) denomina “invasão cultural”. Segundo este mesmo autor, “na visão bancária” da educação o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber.

Nessa região de fronteira, onde acontecem trocas significativas entre pessoas de países diferentes a complexidade cultural se torna grande. Deixar de explorar isso num processo educativo é jogar fora uma riqueza de relações. Tal abordagem já foi mencionada por Santos (2000), quando afirma que a fronteira ao mesmo tempo em que separa ela une os sujeitos, em razão do possível intercâmbio entre diferentes culturas, valores, costumes e dialetos.

A minha pesquisa corresponde a um estudo de caso sobre uma prática educativa, integrando um grupo de mulheres trabalhadoras rurais que fazem parte da minha área de atuação profissional. Em alguns momentos vou abrir a discussão para a prática de todo o sistema de extensão rural no Brasil e no RS, para relacionar as perspectivas pedagógicas que orientam a prática em que atuo (o caso estudado) e as perspectivas que fundamentam o pedagógico no sistema.

Para tanto, estou trabalhando mediante triangulação metodológica: análise de documentos, discussão com grupo de educandos e entrevistas com antigos extensionistas do município. No primeiro momento, realizo uma análise sobre a história da extensão rural no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul, dando ênfase à questão de como esta vem trabalhando a cultura no desenvolvimento do seu processo.

Já no segundo momento, relato o trabalho desenvolvido com um grupo de mulheres acompanhado pela Emater-RS/Ascar, quando estou preocupada em ver como vem se trabalhando a cultura local, analisando e procurando identificar a relação desta com o conceito de global e a questão de fronteira, já que, como adiantei, a experiência em questão se desenvolve em área limítrofe entre os países Brasil e Argentina.

Por último, ainda tratando da pesquisa de campo, analiso o processo de educação em extensão rural estabelecendo um paralelo entre a prática atual e a prática desenvolvida anteriormente por extensionistas locais. Busco com isso, verificar a questão da cultura no currículo do trabalho desenvolvido com essas mulheres: o que significa reprodução e o que significa inovação nesta prática local ao compará-la com os fundamentos do sistema de extensão rural no Brasil e no RS.

Esta prática é realizada, com o objetivo de identificar três momentos significativos do trabalho de extensão rural: a implantação do processo, a consolidação e o trabalho atual, relacionado ao período da modernização da prática de extensão rural.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. 2. reimp. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução de pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980

_____. *Ação Cultural Para a liberdade*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (O mundo, hoje, v.10).

_____. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens. O jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1938.

LARAIA, Roque B. *Cultura, um conceito antropológico*. 100.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, 2001.

NIDELCOFF, Maria Teresa. *Uma Escola Para o Povo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SILVA, Tomas Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ªed.. Belo Horizonte: Autêntica 2003.

SILVA, Tomas Tadeu da. *O currículo como Fetiche*. Belo Horizonte: Autêntica 1999.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.